

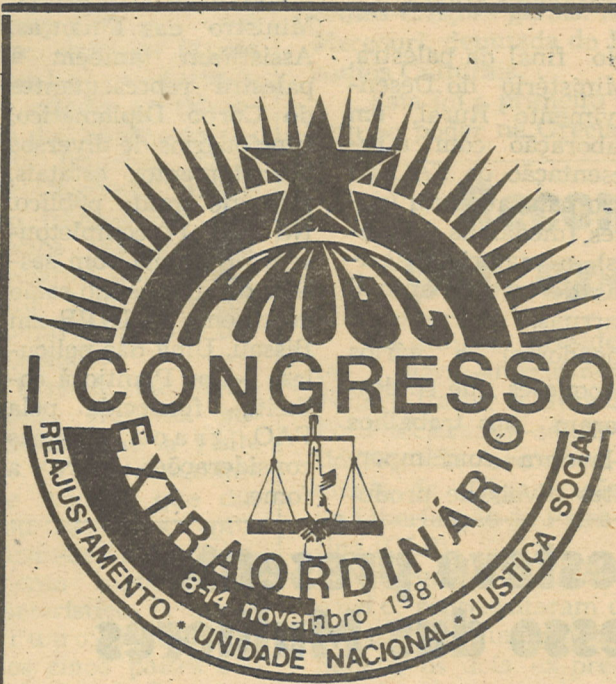
NÔ PINTCHA

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

B I S S A U



VIVA O CONGRESSO! VIVA O PAIGC!

Estamos a três semanas do I Congresso Extraordinário do PAIGC, acontecimento que está, actualmente, no centro de todas as actividades partidárias. A discussão dos documentos em todo o país, da qual saíram propostas e foram manifestadas preocupações, reflecte o nível de participação dos nossos militantes no momento de transcendente importância que o Partido atravessa.

O Congresso constitui um evento imprescindível para a afirmação do Partido de Cabral. O nosso povo aguarda com esperança a data, que irá permitir recobrar os ânimos, cavar trincheiras, tal como ontem durante a Luta de Libertação para a tão exaltante missão de realizar o sonho de tantos heróis e mártires caídos no campo de honra.

«Reajustamento, Unidade Nacional e Justiça Social» — não é só um lema, mas também palavra de ordem no combate a todas as tentativas dos inimigos de sempre do PAIGC em fomentar o divisionismo no seio do nosso povo. Como o provou o 14 de Novembro, o nosso povo guineense esteve sempre à altura de saber distinguir os inimigos da causa da Libertação Nacional e do Partido.

VENDA DE FRANGOS E OVOS

A Suinave (Empresa Nacional Avícola e Suinícola) decidiu entregar a totalidade da sua produção aos supermercados da capital, para comercialização. Desta maneira, os supermercados da Socomin, as Galerias D'Amura e o mini-mercado «CC» passarão a vender, uma vez por semana, duas mil e 100 dúzias de ovos.

Os frangos ainda não foram postos à venda, na medida em que o matadouro não está a funcionar a 100 por cento.

Esta decisão deve-se ao facto de a Suinave não dispôr de estruturas suficientes para a comercialização dos seus produtos.

RECUPERAÇÃO DE BOLANHAS PRIORIDADE AO SUL



(ver página 8)

LINHA DE CRÉDITO PEDIDA A PORTUGAL

O nosso Governo solicitou ao Banco de Portugal a abertura de uma linha de crédito de 50 milhões de dólares destinada à importação de produtos portugueses. Segundo a Anop, as negociações iniciar-se-ão em breve, para que o acordo possa estar concluído em Janeiro de 1982.

O assunto foi tema das conversações tidas em Lisboa entre o Ministro-Governador do BNG, camarada Victor Monteiro, e entidades portuguesas. (Página 3)

REFORÇADA A COLABORAÇÃO COM CUBA

Um acordo prevendo a abolição limitada de vistos de entrada entre Cuba e a Guiné-Bissau, e outro de colaboração entre os seus Ministérios dos Negócios Estrangeiros, foram concluídos em Havana, noticiou a Prensa Latina.

A assinatura dos referidos documentos coincidiu com uma visita oficial a Cuba do camarada Victor Saúde Maria, Vice-Presidente do CR e Ministro dos Negócios Estrangeiros, que manteve contactos com dirigentes locais, nomeadamente com o Vice-Presidente cubano, camarada Rafael Rodriguez.

A colaboração acordada entre os dois Ministérios abrange vários aspectos da área diplomática e consular, nomeadamente a troca de informações sobre normas e procedimentos para outorgamento de privilégios e imunidades prevista do Direito Internacional.

Victor Maria, recorde-se, havia participado na Assembleia Geral das Nações Unidas.

GRÉCIA: SOCIALISTAS NO PODER (pág-7)

Dos Leitores

As mulheres não pagam impostos?

Camarada Director,

Um assunto que muito me intriga obrigou-me a enviar-lhe esta carta para efeitos de publicação no vosso Jornal. Agradecia ao camarada que a mandasse publicar. Queria apenas pedir um pequeno esclarecimento sobre a verdadeira definição de deveres e direitos entre homens e mulheres, perante a sociedade.

Peço desculpas, desde já, se este meu ponto de vista representar para alguns uma tendência de discriminação, o que está longe das minhas intenções, antes pelo contrário, não só serve para me tirar as dúvidas sobre a questão, como também, uma pequena contribuição para a luta de emancipação que as mulheres devem empreender elas próprias.

Na nossa sociedade, o Partido definiu que as mulheres e os homens lutaram sempre juntos, numa comunhão de ideias e de sentimentos que envolvem as aspirações de um povo oprimido. Essa luta foi vitoriosa porque se desenrolou na base de participação activa de ambos os sexos.

Essa participação continua a ser a palavra de ordem no processo de reconstrução nacional. Todos nós o vimos na direcção do Partido, no Governo, nas FARP, nos Bombeiros, «Siló Diata», e a nossa mulher até já, é taxista também.

No entanto, o que me intriga (talvez tenha a sua razão de ser) é ver que as mulheres não pagam impostos de Reconstrução Nacional. E o recenseamento mostrou que há mais mulheres do que homens na Guiné-Bissau.

Talvez porque algumas não têm condições financeiras como os homens. Mas a verdade é que muitas delas têm mais possibilidades que alguns homens.

Por outro lado, sempre que há campanhas de revista policial, os nossos agentes de segurança não se preocupam muito em identificar as mulheres, como se os homens fossem os únicos responsáveis pela ilegalidade. São apenas estas duas perguntas a que eu queria que alguém me respondesse, para ficar esclarecido.

AUGUSTO PAPA UECÚ

Celebrada no País a Jornada Mundial da Alimentação

Por ocasião do 36.º Aniversário da Fundação da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), celebrou-se na sexta-feira passada no país, (como em todo o mundo) a Jornada Mundial da Alimentação. Este acontecimento foi marcado com uma palestra proferida em Bissau pelo Ministro do Desenvolvimento Rural, camarada Avito José da Silva, que analisou e traçou «as linhas mestras do Desenvolvimento Agrícola» na Guiné-Bissau em relação à conjuntura mundial.

A abrir a sessão, usou da palavra o representante da FAO no nosso país que apresentou a mensagem do Director-Geral daquele organismo do ONU, sr. Edouard

Saouma, dirigida ao Governo e Povo da Guiné-Bissau. O sr. J. Talla proferiu, em seguida, um discurso evocando a data com o tema — «O lugar que ocupa a Guiné-Bissau sob o signo da promoção e diversificação da alimentação do povo», salientando a importância de novas acções que a FAO e o nosso Governo devem tomar em conjunto, com vista a uma vida melhor para todos.

A palestra proferida pelo Ministro do Desenvolvimento Rural abarcou, em traços gerais, os problemas da alimentação, a importância da agricultura, os objectivos visados e as linhas de actuação.

A celebração do Dia Mundial da Alimentação tem por objectivo prin-

cipal levar à consciência do público em geral a dimensão do problema da fome no mundo e do que se poderá fazer para o resolver, e chamar a atenção para os resultados obtidos em matéria do desenvolvimento alimentar e agrícola, bem como expôr as situações de urgência e outras necessidades graves.

No final da palestra, o Ministério do Desenvolvimento Rural, em colaboração com a representação da FAO no nosso país, atribuiu louvores (medalhas e diplomas), e materiais agrícolas de tracção animal (charruas, charretes e sementeiras) a vários camponeses que se destacaram nos trabalhos da lavoura com importantes níveis de produ-

ção e produtividade nas culturas do arroz, mancarra, milho e sorgo.

Tiveram assento na mesa de honra, além dos oradores, os camaradas Paulo Correia, membro do Conselho da Revolução e Ministro das Forças Armadas, Vasco Cabral, Ministro da Coordenação Económica e Plano, e Carlos Correia, Ministro das Finanças. Assistiram também à palestra representantes do Corpo Diplomático, funcionários de diversos departamentos estatais, além de muito público. No dia 17 completou-se o programa com sessões de filmes, no salão de cinema da UDIB em Bissau. Uma das películas, «Do Plantio à colheita» fornecida pela FAO, traça algumas considerações sobre a fome.

Programa dos Pioneiros

Reuniu-se, no sábado passado, no Secretariado Nacional da Juventude Africana Amílcar Cabral, a Comissão Nacional Coordenadora da Organização de Pioneiros «Abel Djassi» (O.P.A.D.), sob a presidência da camarada Filomena Barreto, primeira responsável daquela organização de crianças.

Durante a reunião, os chefes dos departamentos que constituem a OPAD apresentaram um anteprojecto dos principais pontos afectos ao programa de acção a levar a cabo durante o ano de 1982, que vai ser posteriormente posto em discussão e aprovação.

CNMG esteve presente no Congresso das Mulheres

A delegação da Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-Bissau (CNMG) que participou no 16.º Congresso Mundial das Mulheres, entre 8 e 13 do corrente na capital checoslovaca (Praga), regressou recentemente a Bissau.

A chefe da delegação, camarada Francisca Pereira, membro do CSL do Partido e Secretária Nacional da CNMG declarou: «Considero este congresso bastante frutuoso porque as discussões não foram só limitadas às questões relativas à mulher, visto que

a grande preocupação das participantes foi o problema da paz no mundo e da independência nacional. Consideramos que sem independência nacional não podemos fazer para o desenvolvimento de um país, quanto mais encontrar soluções para as questões das mulheres».

Saliente-se que a camarada Carmem Pereira, membro do CEL do Partido e ministro da Saúde e Assuntos Sociais assistiu aos trabalhos deste congresso como

convidada de honra, devido às funções que desempenhava na Guiné-Bissau, de responsável máxima da organização das mulheres guineenses.

Neste Congresso, recorda-se, que agrupou cerca de 1 200 delegadas de organizações de vários países e ainda representantes de organismos internacionais, foram debatidos vários assuntos da vida da mulher no mundo, e definidas tarefas concretas para se chegar à tão desejada emancipação de todas as mulheres.

Responde o povo

O Congresso Extraordinário do PAIGC (II)

O país prepara-se para comemorar o primeiro aniversário do Movimento Reajustador do 14 de Novembro, um acontecimento histórico com largas repercussões na vida do nosso povo.

O 14 de Novembro, como foi diversas vezes afirmado, visa pôr cobro às anomalias verificadas no país e repor o Partido de Cabral no caminho certo. Perante a atitude dos dirigentes de Cabo Verde, que fugindo ao diálogo, optaram pela criação de um novo partido, O PAICV, o CNG convocou o Congresso Extraordinário para dotar o PAIGC de estruturas funcionais e de carácter nacional.

O que pensa o público deste acontecimento? Foi a pergunta que o «Nô Pintcha» fez no inquérito de hoje e à qual duas pessoas responderam como se segue:

TRAÇAR NOVAS DIRECTRIZES

António Ramos, Funcionário Público — Penso que o Congresso Extraordinário tem uma di-

mensão bastante vasta, tanto no que se refere à vida política como também na própria vida quotidiana do povo guineense.

No que se refere à

vida política, julgo que a sua importância está na base das discussões dos desvios cometidos ao longo desses anos da independência, e dela extrair conclusões concretas e precisas, evitando fracassos como os anteriormente verificados.

Por outro lado, julgo ainda que a importância do Congresso Extraordinário está no traçar de novas directrizes a longo prazo, para uma selecção progressiva e rigorosa no seio do P.A.I. G.C. Digo isso porque penso que o PAIGC, para defender o interesse do povo, tem que em primeiro plano, acreditar nos seus próprios di-

rigentes o que me leva a dizer que será necessário fazer-se uma verdadeira «filtração» no seio dos responsáveis.

Penso ainda que o Congresso Extraordinário, permitirá o PAIGC retomar a sua verdadeira essência de partido de massas, fazendo os dirigentes pensar seriamente nas bases, e reorganizá-las de forma a que correspondam ao seu papel.

O ACONTECIMENTO MAIS IMPORTANTE

Silca Larbrec, estudante, 19 anos — Penso que este Congresso Extraordinário tem uma grande importância vis-

to que nele serão discutidos grandes e graves problemas que até aqui não tiveram solução, o que me leva a dizer que é o acontecimento mais importante na vida política do país após o 14 de Novembro.

Julgo ainda que, com o Congresso Extraordinário, o povo poderá ver realizadas as aspirações do Movimento Reajustador, e este, por sua vez, poderá contar mais com a colaboração do povo, na base de uma verdadeira Unidade Nacional, pois só assim poder-se-á superar o subdesenvolvimento e a ignorância.

Deseja corresponder-se

Filipe Bacar Dahaba, de nacionalidade guineense, deseja corresponder com pessoas de ambos os sexos, de preferência com idade compreendida entre os 15 e os 32 anos, que vivam em Portugal, Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Brasil, Estados Unidos da América, Timor Leste e Macau.

Pretende, concretamente, que os correspondentes apreciem troca de postais, selos, jornais, fotografias e revistas desportivas.

Escrever para caixa postal n.º 170 — Bissau — República da Guiné-Bissau.

Reunião da Comissão Nacional da JAAC

Reafirmar o papel de vanguarda

O alargamento da Comissão Nacional, a criação de seis Comissões de Dinamização de actividades e a reafirmação do papel de vanguarda da Juventude Africana Amílcar Cabral foram as decisões mais importantes saídas do encontro de 6 a 8 deste mês, que reuniu membros da C.N. da JAAC, com a participação de um número considerável de convidados.

Apesar de algumas anomalias, a reunião caracterizou-se por um debate intenso e militante, clima próprio da Organização. Tratando-se de um encontro que nos separa do 14 de Novembro e ainda depois da reunião de Buba onde se iniciou a campanha de rectificação dos militantes, era evidente que a discussão constituiria um repensar a JAAC e uma tentativa de se ultrapassar a inércia que foi salientada através de relatórios de responsáveis a nível de regiões.

A desmobilização de um grande número de militantes, provocada pelo descrédito ou desconfiança, e a má articulação entre a direcção nacional e as diferentes

estruturas, além da falta de meios materiais, foram aspectos ressaltados nos relatórios apresentados. Muitos intervenientes no debate à volta destas e outras questões foram mais além na sua análise, para organizar a crise que a Organização juvenil atravessa como resultado da imagem que lhe era imposta no regime deposto: utilização dos militantes nos policiamentos e fiscalização, facto que foi bem aproveitado pelos inimigos do Partido para lançar a confusão no seio da população.

Junta-se ainda a falta de trabalho ideológico, como aliás também foi salientado no decorrer dos debates. Mas mais do que isso os militantes da JAAC foram unânimes em reconhecer nas manobras dos inimigos uma tentativa de atingir o PAIGC, pois a campanha que visou destruir a Organização tinha como objectivo acabar com o Partido através da liquidação do seu viveiro e promoção do descrédito das largas massas juvenis quanto ao papel que lhe é reservado na mobilização e enquadramento dos jovens rumo

aos objectivos e princípios mais sagrados do nosso povo, nascido com a sua vanguarda política, o PAIGC.

A este propósito, decidiu-se iniciar uma campanha a nível nacional de reafirmação da JAAC para, deste modo, levar a juventude a compreender a importância do lugar que lhe cabe na construção do país.

Para muitos deve ter-se em conta a necessidade de uma selecção rigorosa dos militantes e responsáveis, porque foi em consequência da falta de convicção política que muitos elementos demissionários abandonaram a Organização.

RESOLUÇÃO GERAL — PIONEIROS ESTÃO DE PARABÉNS

Espera-se, para os tempos que se seguem, uma melhoria substancial no funcionamento das estruturas. Com efeito o alargamento da Comissão Nacional para 50 membros e a criação de Comissões de dinamização que permitiu a integração de novos elementos possibilitará uma maior conjugação de esforços.

Paralelamente às es-

truturas já existentes, passarão a funcionar Comissões de dinamização das actividades, bairros do sector autónomo, regiões, da Organização dos Pioneiros nas escolas e de dinamização de actividades culturais, desportivas e recreativas. Uma Comissão assegurará a coordenação com o Ministério da Educação.

Quanto ao balanço do trabalho realizado, coube à Organização dos Pioneiros «Abel Djas-si» uma menção especial.

O documento final da reunião salienta que «a JAAC sofreu um grande abalo moral que levou à desmobilização de um grande número de militantes, devido à campanha tendenciosa desencadeada, após o 14 de Novembro, contra a nossa Organização Juvenil por inimigos do nosso Partido e da continuidade do nosso processo revolucionário».

O mau funcionamento do Secretariado Nacional foi salientado na Resolução em que se acrescenta ainda que isso levou a uma certa paralisação das actividades a nível regional.

Entretanto, sublinha-se ainda a necessidade de profissionalização dos responsáveis da organização até ao nível dos sectores, do reforço do trabalho ideológico no seio dos militantes, do trabalho de rectificação a todos os níveis e de reforçar as relações Partido-JAAC e entre a JAAC e outras organizações de massas.

Com vista à realização da Conferência Nacional Extraordinária, a Comissão Nacional recomendou a criação de uma Comissão Preparatória, que procederá à ratificação das decisões das diferentes Comissões Nacionais e à reestruturação da JAAC, em função das decisões emanadas do Congresso Extraordinário do P.A.I. G.C.

Num dos pontos das recomendações figura a necessidade de estabelecer um programa de actividades a todos os níveis e de levar a nossa Juventude a interessar-se pelos valores da nossa cultura popular e trabalhar no sentido da restauração e preservação do património cultural, especialmente no que se refere aos lugares históricos da nossa

Luta de Libertação Nacional.

Por outro lado, o necessário alargamento da JAAC às organizações desportivas e também a necessidade de reforçar a sua implantação no seio das FARP mereceram referência no documento final.

Duas moções foram lidas e aprovadas no fim da reunião, sendo uma de apoio ao CNG, na qual a Juventude Africana reafirmou a sua total fidelidade aos princípios ideológicos do PAIGC, ao Conselho da Revolução e Manifesto

a sua disponibilidade de apoiar os trabalhos preparativos do Congresso Extraordinário. Na segunda moção, de apoio à JMPLA, face à agressão racista à pátria de Agostinho Neto, a JAAC condena energeticamente a agressão imperialista do governo racista sul-africano, que constitui uma tentativa clara de desestabilização da região e de impedir o governo angolano de cumprir o seu dever internacionalista de apoio à luta do Povo namibiano pela independência, e de travar a marcha de Angola no caminho do socialismo.

Possível abertura de nova linha de crédito com Portugal

A República da Guiné-Bissau solicitou ao Banco de Portugal a abertura de uma linha de crédito de 50 milhões de dólares (um bilhão e meio de pesos guineenses aproximadamente) destinada a financiar importações no mercado português, indicou a agência Anop.

O assunto foi tema central das conversações que o camarada Vítor Freire Monteiro, um dos principais colaboradores do Conselho da Revolução e Ministro-Governador do Banco Nacional da Guiné-Bissau manteve recentemente em Lisboa com o responsável do Banco de Portugal e com o Ministro português das Finanças, João Salgueiro.

Entre os diversos tipos de bens que o nosso país pretende importar de Portugal com a abertura desta linha de crédito figuraram os de investimento de consumo corrente e os duradouros.

Falando a Anop, o camarada Vítor Freire Monteiro precisou que tinha encontrado uma grande abertura da parte dos seus interlocutores e revelou que as negociações iniciar-se-ão em breve para que a conclusão do acordo possa ter lugar em Janeiro do próximo ano.

Durante a sua permanência em Lisboa, este colaborador do CR foi recebido em audiência pelo Presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes.

Guiné-Bissau na Conferência soviético-africana

A República da Guiné-Bissau está representada na conferência político-científica soviético-africana que decorre em Moscovo, pelo camarada Malan Bacai Sannhá, Presidente do Comité do Partido e Estado da região de Gabú.

Participam neste encontro, cujo lema é «Pela paz e progresso

social», destacados cientistas e individualidades políticas e sociais africanas e soviéticas.

A agenda de trabalhos inclui um amplo leque de problemas de actualidade internacional. Os delegados à conferência discutem a actual situação política no mundo, vias para a contenção da escalada do clima de ten-

são, e debruçam-se sobre questões respeitantes às relações entre a África e a União Soviética, além de trocar opiniões sobre problemas do desenvolvimento económico e social do planeta.

Na sessão inaugural, que teve lugar no passado dia 14, o professor Anatoli Gromicko, director do Instituto da

África da Academia das Ciências da URSS, qualificou este encontro de notável acontecimento na história do desenvolvimento das relações soviético-africanas, salientando ainda que a conferência contribuirá para a causa da defesa do desanuviamento e da paz nas relações internacionais.

Criança morre num poço

Uma criança de três anos de idade, sexo feminina, foi encontrada morta na terça-feira passada num poço de 5 metros de profundidade no Bairro de chão de Papel em Bissau.

A vítima de nome Adelina Inês Lopes Correia, filha de Manuel Lopes Correia e de Laurinda da Veiga, tinha sido dada como desaparecida no dia anterior, tendo os pais dado conhecimento à Polícia que juntamente com familiares e vizinhos pro-

cedeu à busca durante toda a noite, sem resultado.

Na tarde do dia seguinte, a criança que ao desaparecer de casa levava consigo nas orelhas um par de brincos de ouro, foi descoberta já sem vida num poço de água de uso doméstico a uns 300 metros da casa dos pais, mas sem brincos e seminu. Presume-se que tenha sido vítima de acto criminoso, a Polícia de Investigação Criminal procede a averiguações.

Trocas comerciais com Dakar

Com objectivo de estudar com o nosso governo as modalidades respeitantes às trocas comerciais entre a Guiné-Bissau e o Senegal, permaneceu durante dois dias no país uma delegação comercial e privada, do Senegal, que partiu na sexta-feira passada com destino a Conakry, onde se reuniu para a Serra Leoa.

A delegação senegalesa era chefiada

pelo senhor M'Bagick Niang, encarregado de estudos do Centro senegalês do Comércio Exterior e composta por 18 elementos.

A sessão de trabalho foi presidida pelo camarada José Alvarrenga, director da Cooperação Internacional, e contou com a participação de diversos funcionários de vários departamentos estatais do país.

Só com planificação centralizada atingiremos os objectivos traçados

No conjunto da Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Avançados (PMA), que decorreu em Paris de 1 a 14 de setembro, acentuou-se, no tocante ao nosso país, que terá lugar, em Bissau, uma reunião com várias fontes de financiamento para garantir a execução do plano da Guiné-Bissau.

Numa entrevista concedida aos órgãos nacionais de informação, o camarada Vasco Cabral, Ministro da Coordenação Económica e Plano, como representante da Guiné-Bissau à Conferência, explicou as razões fundamentais da realização deste encontro e sua importância, referiu-se às características estruturais dos países menos avançados, dos objectivos do novo programa de acção adoptado na reunião de Paris, e as perspectivas que se abrem para o desenvolvimento dos países menos avançados depois da realização da Conferência das Nações Unidas.

O camarada Vasco Cabral informou-nos igualmente dos contactos mantidos com representantes dos vários países e organizações internacionais presentes à reunião, que permitiram aprofundar certos aspectos das nossas relações de cooperação.

Saliente-se que esta Conferência dos PMA teve como objectivo estudar medidas necessárias para promover o desenvolvimento dos países menos avançados perante a crise económica e financeira que se agrava à escala mundial. Entretanto, o Ministro do Plano sublinhou que é «impossível que tais objectivos sejam atingidos se não houver uma coordenação económica a sério, se não houver respeito pelos princípios da coordenação económica e da planificação centralizada».

NO PINTCHA — Na sua opinião, qual foi a razão de ser desta Conferência de Paris, e qual a sua importância?

VASCO CABRAL — A razão de ser desta conferência está no facto de que a economia mundial atravessa uma crise, crise essa que tem profundas consequências para as populações dos países de todo o mundo, muito particularmente para os países que estão em situação de atraso. Acontece que no mundo, independentemente da crise económica e financeira que atravessa um conjunto de países de economia de mercado, há países entre os quais o nosso que são catalogados como Países Menos Avançados porque as condições de vida das populações são as mais miseráveis, as de maior atraso. Portanto, haveria que tomar medidas no sentido de promover o processo desses países.

Tinha-se definido para o decénio de 1970, pela Organização das Nações Unidas e por vários organismos internacionais, uma estratégia de desenvolvimento mas os objectivos fixados fracassaram. Agravou-se a situação económica dos países em vias de desenvolvimento e principalmente dos países considerados menos avançados: o Produto Nacional Bruto pré-capital bastante reduzido, as taxas de analfabetismo elevadas, a situação sanitária deplorável, uma situação de progresso quase nula, graves problemas na balança de pagamentos e comercial, situação económica e financeira cada vez mais aguda e os termos de troca deteriorando-se constantemente. Tudo isso era motivo

de preocupação para um conjunto de instituições entre os quais o Grupo dos 77, ao qual pertencemos. Era necessário que se promovessem discussões que permitissem tomar medidas o mais rapidamente possível para

mento para o decénio de 1980.

A sua importância está na base das experiências das reuniões anteriores, como as da C.N. U.C.E.D., Não-Alinhados, e grupo dos 77, das quais surgiu a necessida-

Contactos frutuosos

A delegação da República da Guiné-Bissau era chefiada pelo camarada Vasco Cabral, membro do CEL do Partido e Ministro da Coordenação Económica e Plano, e composta ainda pelos camaradas Aboubacar Touré, director-geral das Relações Económicas Internacionais, Alfredo Cabral, um dos nossos representantes junto das Nações Unidas, e Ensa, funcionário da Embaixada guineense na Bélgica.

Paralelamente à conferência, o camarada Vasco Cabral teve vários contactos classificando-os de frutuosos e que versaram sobre ajudas concretas que as delegações presentes poderão dar a Guiné-Bissau à luz das novas decisões.

Assim, o Ministro do Plano avistou-se com representantes da CEE, Portugal, Bélgica, França, Estados Unidos da América, Japão, Holanda, Noruega, Brasil, Venezuela, México, Espanha, Finlândia, com organizações não governamentais e representantes dos países socialistas, nomeadamente URSS, RDA, Cuba e Jugoslávia e com alguns departamentos da UNESCO.

Por outro lado, Vasco Cabral manteve conversações com o Primeiro Ministro francês, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e com o Presidente da Conferência e Ministro da Cooperação da França. Estes encontros permitiram aprofundar vários pontos das relações de cooperação entre os nossos dois países que serão oportunamente transmitidas aos responsáveis máximos do nosso Governo. «Esperamos que alguns dos problemas que nos preocupavam comecem a ser resolvidos pouco a pouco».

evitar a deterioração dessa situação de crise económica mundial.

A Conferência dos PMA realiza-se no quadro das discussões que se vêm processando há muito tempo sobre as relações entre os países em vias de desenvolvimento e os chamados desenvolvidos, responsáveis pelo nosso atraso, para estabelecer uma estratégia de desenvolvi-

de de se tomarem medidas urgentes e novas capazes de permitir a concretização de uma estratégia diferente e aplicável, da consequência lógica de vários fracassos e diferentes embaraços. Nesse sentido foram elaborados memorandos, vários países apresentaram relatórios da sua situação concreta e propuseram medidas de solução para os problemas

agudos. Nós apresentámos também o nosso memorando que foi bastante apreciado mesmo na reunião de consulta prévia realizada em Genebra, em Abril deste ano. Estes memorandos permitiram às fontes de financiamento, responsáveis em certa medida pela promoção de ajuda e progresso dos nossos países, tomarem consciência das melhores soluções que eram de interesse para os nossos países. Se essas soluções novas vão ou não ser aplicadas? O que posso dizer em relação à década é que, de 70, foi um fracasso. Esperamos, no entanto, em consequências vividas, que as decisões sejam realizadas na prática, com a boa vontade de todos.

NOVO PROGRAMA DE ACÇÃO

NP — Quais os objectivos do novo programa de acção substancial adoptado nesta Conferência dos PMA?

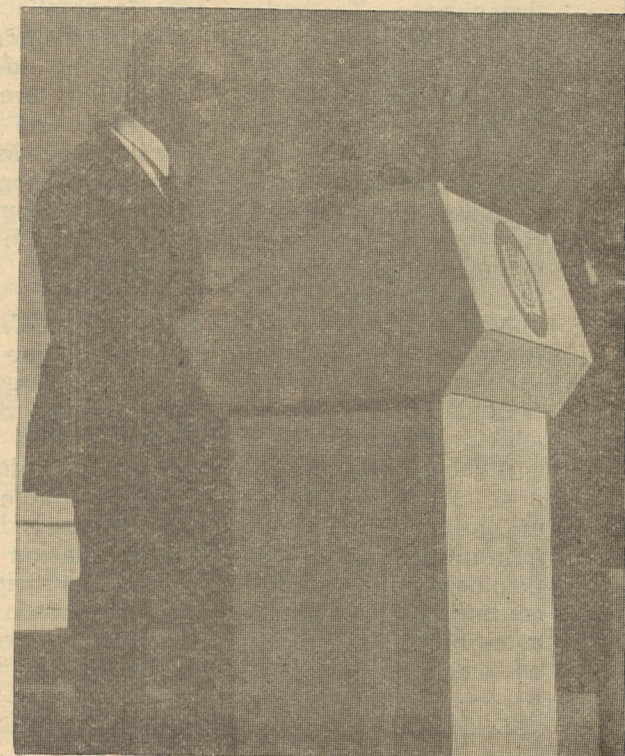
VC — Um aspecto importante desta conferência foi o de se ter chegado a um novo programa substancial de acção que foi o resultado das discussões e posições dos diferentes grupos, nomeadamente o grupo dos 77, do qual fazem parte os 31 países menos avançados e os países em vias de desenvolvimento, o grupo B dos países ocidentais e o grupo D, dos países socialistas. Este novo programa diz respeito aos problemas da alimentação (segurança e produção alimentar), agricultura, desenvolvimento rural, mobilização dos recursos financeiros nacionais, particularmente a importância da mobilização da poupança nacional. Um outro problema era o de criar condições para o desenvolvimento dos recursos humanos e social, dos recursos naturais, das indústrias manufactureras, dos transportes e comunicações, do comércio exterior e outras formas concretas como a transferência de recursos financeiros. Quer dizer: a política que visa aumentar as contribuições dos recursos financeiros aos PMA, as modalidades de ajuda, da assistência técnica, o problema das barreiras tarifárias e não tarifárias.

Este programa compreendia ainda os arranjos de vendas a longo prazo, a diversificação

das exportações, os acordos de produto, as compensações para as baixas da receita de exportação, uma medida semelhante aquela adoptada pela CEE que é conhecida pelo «Stabecks».

No quadro destes problemas que entravam o desenvolvimento e que foram discutidos no novo programa de acção, os principais objectivos fixados foram os seguintes: promover as transformações de estruturas necessárias para ultrapassar as dificuldades

Na reunião foi igualmente que para atingir esses objectivos é essencial o reforço dos organismos de planificação nacional, o estabelecimento de relações entre o eventual órgão de planificação centralizada e os principais organismos de desenvolvimento e estabelecimento de relações estreitas entre o financiamento de desenvolvimento e a programação das despesas nacionais, e também a necessidade imperiosa de se tomarem certas



Vasco Cabral no uso da palavra durante a Conferência dos PMA. Os objectivos fixados através de uma coordenação centralizada

económicas extremas dos países menos avançados, assegurar à população pobre o mínimo vital conforme as normas internacionalmente aceites, determinar e concretizar as grandes possibilidades de investimento, atenuar, tanto o quanto possível, os efeitos das catástrofes naturais. Chegou-se à conclusão que não se devem poupar esforços no sentido de se realizarem programas e projectos que permitam aumentar o rendimento nacional registado no fim dos anos 70.

No sector agrícola pretende-se que a produção agrícola aumente mais depressa que a população a fim de garantir a segurança alimentar. O sector industrial, deverá procurar aumentar uma taxa de crescimento anual global de nove por cento. Há certas dificuldades, mas parece ter-se compreendido qual o mecanismo, as metas a alcançar para superar as dificuldades e atingir o progresso.

posições que levam a procurar projectos apropriados calculando o seu custo e promovendo o cumprimento da execução desses projectos e avaliações posteriores, assim como obter informação estatística sobre os mesmos responsáveis da planificação.

Foi para mim motivo de grande satisfação verificar que aquelas

Existe no grupo dos países menos avançados

Mas o que as dificuldades económicas

Muito fraco em economia devido a boas condições, particularmente devido à falta limitado do emprego em todos os níveis, incluindo a administração

A maior parte dos problemas, ou inundações

sas que muitas vezes te-
nho dito em Conselho de
Ministros foram exacta-
mente acentuadas na
Conferência. É impossível
que tais objectivos
sejam atingidos se não
houver uma coordenação
económica a sério, se não
houver o respeito por
esses princípios da coor-
denação económica e da
planificação cen-
tralizada.

AVANÇAR COM AS PRÓPRIAS FORÇAS

**NP — Qual é o papel
dos países mais desen-
volvidos no progres-
so dos países menos
avanzados?**

**VC — Os países menos
avanzados têm que pro-
gredir e têm que avan-
çar em consequência da
dinamização das suas
próprias forças. É preci-**

da internacional. Frisou-
-se que a ajuda interna-
cional é fundamental
porque há muitas situa-
ções que se criaram nos
nossos países do ponto
de vista económico e fi-
nanceiro que não depen-
dem de medidas interio-
res, estão muito ligadas à
situação económica in-
ternacional. É nesta me-
dida que os países avan-
çados têm responsabili-
dade. Aquilo que vários
países levaram séculos a
realizar, temos que al-
cançar em algumas de-
zenas de anos. E para isso
temos que conjugar to-
dos os esforços: por um
lado o esforço do povo
de cada país, através da
disciplina, organização e
por outro lado a aplica-
ção das forças exte-
riores.

No fundo, foi o pro-
blema que tivemos na
Luta de Libertação. Só o
nosso povo podia liber-
tar-se a si próprio. Mas a
ajuda que tivemos foi
importante porque pôs
nas nossas mãos os ins-
trumentos e meios que,
devidamente utilizados,
permitiram alcançar a
vitória mais depressa.
Actualmente preconiza-
mos a nossa independên-
cia económica. A força
principal tem que ser o
nosso povo organizado e
orientado pelo Partido,
mas toda a contribuição
que vier de fora é im-
portante no sentido de
acelerar esse processo.

PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO

**NP — Quais as pers-
pectivas que se abrem
para o desenvolvimento
dos países menos avan-
çados depois da realização
desta conferência?**

**VC — As perspectivas
poderão medir-se atra-
vés de algumas medidas
novas e complementares
que foram tomadas pelos
países desenvolvidos de
economia de mercado em
favor dos PMA e anun-
ciadas na Conferência, e
que se prendem com a
existência do chamado
Fundo Comum, e devido
à política que é seguida
pelos países socialistas:
de uma cooperação cada
vez mais estreita e de**

uma ajuda mais subs-
tancial e concreta em re-
lação aos países em vias
de desenvolvimento.

Foi decidido dar novas
contribuições ao Fundo
Comum e levar à prática
o financiamento de me-
didas especiais em favor
dos países menos avan-
çados. A Dinamarca, a
Noruega e a Suécia
anunciaram uma contri-
buição nesse sentido.
Outro facto é o de con-
tribuir com novos valo-
res para o Fundo de
Equipamento das Nações
Unidas. Alguns países fi-
zeram declarações nesse
sentido, como são os ca-
sos da Noruega e da Fin-
lândia, que aumentou
cerca de 100 por cento a
sua contribuição anual.
Adoptaram-se novas so-
luções a respeito de cer-
tos sectores importantes
para o desenvolvimento
dos países menos avan-
çados como o programa
de pesquisa energética, e
de estabelecimento de
uma instituição espe-
cialmente encarrega-
da de ajuda a esses
países.

Foram também toma-
das decisões relativas à
ajuda pública ao desen-
volvimento global. É o
caso da França, que afir-
mou a intenção de au-
mentar a sua ajuda aos
países em desenvolvi-
mento a nível de 0,7
por cento do seu
Produto Nacional Bru-
to até 1988. A No-
ruega fixou um objecti-
vo de 1,3 por cento do
seu PNB até 1985. Ou-
tros países estabelece-
ram 0,15 por cento aos
países menos avançados,
nível a ser atingido até
1985 e até 1990. É o caso
da Bélgica, França, Ir-
landa e Itália.

Por outro lado, tam-
bém certas medidas re-
ferem-se à modificação
das políticas comerciais.
Por exemplo, o Canadá
disse que ia melhorar o
seu esquema de CCT
(medidas relativas ao es-
quema de preferências
generalizadas) no seu co-
mércio com os países
menos avançados. Os
países socialistas toma-
ram a decisão de conti-
nuar na senda de ajuda,
agora mais através da
cooperação bilateral.

O que são os PMA?

Um grupo de 31 países que são considerados menos avançados, (PMA) dos
continente africano. Infelizmente, a República da Guiné-Bissau faz parte deste
grupo de países menos avançados, ou atrasados.

**PMA? Quais as suas características estruturais que estão na origem das dificul-
dades?**

Alto índice de crescimento por habitante, muito grande e forte proporção da população que vive
em condições de pobreza, forte acréscimo demográfico em relação às superfícies actualmente culti-
vadas, produtividade agrícola extremamente baixa e carência de apoio à agricul-
tura, produção de bens agrícolas, nível baixo da exploração dos recursos naturais
e tecnológicos, escassez de técnicos, capitais e mão-de-obra qualificada, desenvolvimento muito
lento da indústria, fraca taxa de actividade no meio rural e desenvolvimento de
uma forte desigualdade dos recursos, penúria aguda do pessoal não qualificado a
nível da infra-estrutura institucional e física em todos os domínios, inclu-
sive na educação, no ensino, nos transportes e comunicações.

Os países menos avançados sofrem também de cada vez maiores dificuldades geo-
gráficas, naturais, são a seca, ciclones, emigrações, invasão de animais devastado-

Congresso Extraordinário

Programa do PAIGC

II

Unidade nacional

1. Direitos e deveres iguais, união sólida e colaboração frater-
nal entre todos os cidadãos, considerados individualmente, em cama-
das sociais ou grupos étnicos. Interdição e liquidação de todas as ten-
tativas de divisão do povo.

2. Unidade económica, social e cultural. Esta unidade tomará
em consideração as características dos diversos grupos étnicos nos
planos social e cultural, seja qual for a população desses grupos.

3. Livre regresso ao país de todos os emigrantes.

4. Livre circulação de todos os cidadãos através do território
nacional.

III

Unidade Africana

1. Com base na vontade popular livremente expressa, lutar pela
unidade dos povos africanos, no conjunto ou por regiões do conti-
nente, no respeito à liberdade, à dignidade e no direito ao progresso
político, económico, social e cultural desses povos.

2. Luta contra toda e qualquer tentativa de anexação ou de
pressão sobre a Guiné-Bissau por parte de outro país.

3. A defesa dos direitos e conquistas políticas, económicas, so-
ciais e culturais dos camponeses e trabalhadores urbanos do nosso
país é a condição fundamental na realização da unidade com outros
povos africanos.

IV

Regime democrático, anticolonialista e anti-imperialista

1. Regime republicano, democrático, laico, anticolonialista e
anti-imperialista.

2. Estabelecimento das liberdades fundamentais, respeito pe-
los direitos do homem, e garantias para o exercício dessas liberdades
e direitos.

3. Igualdade dos cidadãos perante a lei, sem distinção de na-
cionalidade ou grupo étnico, de sexo, de origem social, de nível cul-
tural, de profissão, de condição de fortuna, de crença religiosa ou de
convicção filosófica.

Os homens e as mulheres gozarão da mesma condição na fa-
mília, no trabalho e nas actividades públicas.

4. Serão, por todos os meios, privados do exercício das liber-
dades fundamentais todos os indivíduos ou grupos de indivíduos que,
pela sua acção ou conduta, sejam favoráveis ao colonialismo, ao im-
perialismo, ao divisionismo e ao tribalismo.

5. Poder legislativo e poder executivo. Eleições gerais livres,
baseadas no sufrágio universal, directo e secreto, para eleição do po-
der legislativo, que, por sua vez designará o poder executivo.

6. As regiões terão a possibilidade de adoptar medidas regio-
nais sempre no quadro da unidade nacional.

7. Protecção à pessoa de todos os estrangeiros residentes no
país que respeitem as leis em vigor.

V

Independência económica, estruturação da economia e desenvolvi- mento da produção

1. Liquidação de todas as relações económicas do tipo colonia-
lista e imperialista. Conquista da independência económica.

2. Planificação e desenvolvimento harmonioso da economia. A
actividade económica será dirigida segundo os princípios do centra-
lismo democrático.

3. Quatro tipos de propriedade: propriedade do Estado, pro-
priedade cooperativa, propriedade privada e propriedade pessoal. As
riquezas minerais e as principais fontes de energia; a riqueza floresta-
l, os cursos de água e outros elementos hídricos; os meios de pro-
dução industrial, os transportes colectivos e os meios de comunicação;
os bancos e os seguros; a rádio e outros meios de difusão da infor-
mação e da cultura serão explorados pelo Estado como bens da nação.

A exploração cooperativa sobre a base de livre consentimento,
incidirá sobre a terra e a produção agrícola, a produção de bens de
consumo e o artesanato.

A exploração privada poderá incidir sobre os bens distintos
dos da nação, desde que seja útil ao desenvolvimento económico na-
cional.

A propriedade pessoal — em especial de bens de consumo in-
dividual, casas da família e economias adquiridas a custa da força de
trabalho — será inviolável.

4. Desenvolvimento e modernização da agricultura. Transfor-
mação do sistema de utilização da terra visando a sua diversificação
cultural: Vencer as crises agrícolas, as secas e a fome.

5. Aproveitamento das estruturas agrárias tradicionais e cria-
ção de novas estruturas, de modo a permitir que a exploração da ter-
ra beneficie no máximo o progresso do povo.

Continua na página 6

“Magriços” futura Associação de antigos jogadores

A formação dos «Magriços» sagrou-se campeã do primeiro defeso de Bissau Novo, ao derrotar, no jogo decisivo, a formação do Grupo Desportivo por duas bolas a uma.

Quem são os «Magriços»? O que pretendem? É uma equipa formada a bem pouco tempo por antigos jogadores, entre os quais alguns internacionais do ano 75/76 como Armando Manhiça e Domingos Cá — afirmou-nos Paquete, ex-centro campista do Sporting de Bissau que deixou de chutar a bola devido aos seus afazeres profissionais. Paquete esteve com um pé na selecção de 75, só que uma lesão contraída numa das sessões de treino o impediu de participar naquela famosa selecção de então.

Estes velhos (?) do nosso futebol decidiram unificar os seus esfor-

ços com a finalidade de auxiliarem as várias colectividades e o futebol em si. Por isso, no ano passado, deslocaram-se a várias regiões, onde realizaram palestras sobre a disciplina tática e outros temas futebolísticos.

Paquete sublinhou que o trabalho dos «Magriços» é de uma seriedade comprovada. «Neste momento, temos conta aberta no Banco, que no futuro nos dará a possibilidade de ajudar equipas de pequenas dimensões e não federadas», afirmou-nos categoricamente. Com 300 sócios, os «Magriços» poderão, segundo Paquete, organizar uma nova colectividade, ou melhor a futura Associação de antigos jogadores.

Sobre a situação financeira do clube nada apuramos. O assunto ainda é «segredo», pelos

vistos umas das armas dos «Magriços».

Paquete precisou: «Dinheiro temos, mas neste momento não queremos de forma nenhuma divulgar qual a quantia de que dispomos. Mas o nosso trabalho irá confirmar, paulatinamente, a nossa intenção».

O trabalho imediato dos «Magriços» é formar equipas de futebol com os filhos dos sócios, tendo em conta que o futebol juvenil e júnior tem sido menosprezado. Também pensam aproximar-se de outros atletas que no início não levaram a sério a iniciativa destes «veteranos».

Naturalmente a nossa conversa recaiu sobre o defeso. Paquete responderia prontamente: «Todos nós, dos «Magriços», pensamos que o defeso deve ser oficializado e disputado por jogadores não federados».

Isto permitiria, na sua opinião, descobrir um maior número de jogadores, de valor, para o nacional de futebol. Por outro lado, evitaria que os federados corressem o risco de contrair uma lesão, além de pouparem o físico para o nacional.

A terminar este nosso primeiro contacto com os «Magriços», Paquete diria: «Dedicamos este título do defeso a todos os sócios que acreditaram na equipa. Quanto aos descrentes, temos esperança de que o tempo os fará acreditar nas nossas intenções». Também o jornal deseja sucesso a estes antigos «craques», que para nós abandonaram o rectângulo dos jogos oficiais muito cedo. Contudo, a nova tarefa é também de primordial interesse. Portanto, muitos êxitos para os «Magriços».

Taça das Nações Unidas UDIB-Benfica na final

O Sport Bissau e Benfica e a União Desportiva Internacional de Bissau estarão frente a frente no próximo sábado, dia 24, na final do torneio quadrangular de futebol para a disputa da Taça PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O Benfica e a UDIB atingiram esta fase ao eliminarem, respectivamente as formações de F.C. de Cantchungo e do Desportivo de Gabú pela marca de 2-0 e 4-1, no último fim de semana, no estádio Lino Correia.

Esta quarta edição do precioso troféu marcará a segunda final entre as duas formações. No primeiro ano em que a Taça foi instituída — 1978 — a UDIB venceu, na

final, o Benfica que entretanto, viria a arrebatá-lo o troféu na época seguinte. Portanto, qual das duas equipas levará outra vez o troféu? Para já a Taça voltará novamente para a capital, já que Cantchungo, vencedor da terceira edição, foi eliminado.

EM CASO DE EMPATE

Se as duas equipas saírem empatadas após os 90 minutos regulamentares proceder-se-á a um prolongamento de 30 minutos, divididos em duas partes, sem intervalo mas com mudança de campo. Se, no entanto, o empate persistir após o prolongamento, o vencedor será apurado pela marcação de grandes penalidades, segundo as disposições das leis do jogo.

Congresso Extraordinário: Programa do Partido

(Cont. das Centrais)

6. Desenvolvimento da indústria e do comércio, em bases modernas. Estabelecimento progressivo de empresas industriais e comerciais do Estado.

Desenvolvimento do artesanato africano. Controlo do comércio externo e coordenação do comércio interno pelo Estado. Ajustamento e estabilização dos preços. Liquidação da especulação. Harmonia entre as actividades económicas das cidades e do campo.

VI

Justiça e progresso para todos

No plano social

1. Liquidação da exploração do homem pelo homem e de todas as formas de sujeição da pessoa humana a interesses degradantes, em proveito de indivíduos, de grupos ou de classes. Eliminação dos lucros injustos. Combate à miséria, à ignorância, ao medo, à prostituição, ao alcoolismo, à droga e a outros males sociais.

2. Defesa dos direitos dos trabalhadores.

3. Salários e vencimentos justos, na base do princípio: a trabalho igual, salário igual. Emulação positiva no trabalho. Limitação do tempo de trabalho diário, de acordo com as necessidades de progresso e os interesses dos trabalhadores. Eliminação progressiva das diferenças entre os trabalhadores das cidades e do campo.

4. Liberdade sindical e garantias para o seu exercício efectivo. Participação efectiva e iniciativa criadora dos trabalhadores em todos os escalões da direcção da nação. Fomento e apoio das organizações de massas no campo e nas cidades, nomeadamente das mulheres e da juventude.

5. Assistência social a todos os cidadãos que dela necessitem involuntariamente, por razões de desemprego, invalidez ou doença, de conformidade com as possibilidades do Estado. Todas as instituições de saúde pública e de higiene serão propriedade do Estado.

6. Criação de obras de bem-estar social ligadas à actividade produtiva. Protecção às parturientes e à infância. Protecção à velhice. Repouso, recreio e cultura para os trabalhadores manuais e intelectuais, das cidades e do campo.

7. Assistência às vítimas e às famílias das vítimas da luta de libertação nacional.

VII

No plano da educação e da cultura

1. Os estabelecimentos do ensino e os institutos científicos e técnicos serão considerados bens da nação e, como tal, propriedade do Estado. Reforma do ensino, desenvolvimento do ensino secundário

e técnico, criação do ensino universitário e de institutos científicos e técnicos.

2. Liquidação rápida do analfabetismo. Ensino básico obrigatório e gratuito. Formação e aperfeiçoamento urgente de quadros técnicos e profissionais.

3. Liquidação total dos complexos criados pelo colonialismo e das consequências da cultura e exploração colonialistas.

4. Desenvolvimento das línguas maternas e do crioulo, com criação da escrita para essas línguas. Protecção e desenvolvimento da literatura e das artes nacionais.

5. Aproveitamento de todos os valores e conquistas da cultura humana e universal ao serviço do progresso do povo. Contribuição da cultura do nosso povo para o progresso da humanidade em geral.

6. Apoio e desenvolvimento da educação física e dos desportos para todos os cidadãos.

7. Liberdade religiosa, liberdade de ter qualquer religião ou não ter religião. Protecção às igrejas, aos lugares e objectos de culto e às instituições religiosas legais.

VIII

Defesa e segurança nacionais eficazes e ligadas ao povo

1. Criação de meios necessários para uma defesa e segurança nacionais eficazes: exército, marinha, aviação e outras forças para-militares ligados ao povo e dirigidos por cidadãos nacionais. Os combatentes da liberdade da pátria devem formar o núcleo central da defesa nacional.

2. Regime democrático no seio das forças armadas e da segurança. Disciplina. Íntima ligação entre as forças armadas e segurança e o poder político, ao qual se subordina toda a vida da nação.

3. Participação de todo o povo na vigilância e na defesa da soberania nacional.

4. Interdição absoluta de bases militares estrangeiras no território nacional.

5. Solidariedade militar para com as nações africanas sujeitas à agressão colonialistas ou imperialistas.

IX

Política internacional própria, no interesse da Nação, da África, da Paz e do Progresso da Humanidade

1. Cooperação com todos os povos do mundo, na base do respeito mútuo, da soberania nacional, da integridade territorial, não-agressão, não-ingerência nos assuntos internos, igualdade e reciprocidade de vantagens, coexistência pacífica.

2. Desenvolvimento das relações económicas e culturais com todos os povos.

3. Respeito dos princípios da Carta das Nações Unidas, da OUA e da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

4. Não-adesão a blocos militares.

5. Protecção dos guineenses residentes no estrangeiro.

Presidente angolano visitou a França

A questão da descolonização da Namíbia figurou no centro das conversações travadas em Paris entre os presidentes José Eduardo dos Santos, de Angola, e François Mitterrand, de França.

Trata-se da primeira visita a França dum chefe de Estado angolano. Falando da estadia de Eduardo dos Santos na capital francesa, Claude Cheysson, ministro francês dos Negócios Estrangeiros, declarou que constituiu «um acontecimento de grande importância».

O chefe da diplomacia francesa sublinhou que a visita do dirigente máximo de Angola, que durou 24 horas, «produziu-se num momento bastante característico, já que o grupo de contacto dos cinco países ocidentais acabou de entregar o seu plano para a independência da Namíbia, no quadro estrito da resolução 435 da ONU, o que, evidentemente, tem consequências consideráveis para Angola».

Por seu lado, o presidente Eduardo dos Santos afirmou numa entrevista ao jornal «Le Monde» que a resolução da questão namibiana terá repercussões sobre a presença militar cubano em Angola.

Pela primeira vez: Socialistas no poder na Grécia

O presidente Constantin Caramanlis da Grécia encarregou ontem de manhã Andreas Papandreou, líder do Movimento Socialista Pan-Helénico (Pasok), de formar o próximo governo grego, após a demissão de George Rallis, chefe do Partido da «Nova Democracia», que era Primeiro-Ministro desde Maio de 1980 e cuja formação foi derrotada pelos socialistas nas eleições gerais de domingo.

Segundo fontes próximas do novo Primeiro-Ministro grego, Papandreou já constituiu o seu gabinete, que terá um grande ministério da Economia Nacional, cuja direcção foi confiada a Constantin Lazaris, professor de Ciências Económicas e Políticas em Atenas.

Os Negócios Estrangeiros iriam para George Mavros, antigo líder do centro, cuja adesão ao Pasok contribuiu bastante para a sua vitória nas recentes eleições gerais. A conhecida actriz Melina Mercouri, deputada do Pireu, poderá dirigir os Assuntos Culturais.

Esta foi a primeira vez que os socialistas subiram ao poder na Grécia. Na nova Assembleia (de

300 membros) o Partido de Papandreou terá 174 deputados (maioria absoluta), a «Nova Democracia» contará com 113 lugares, enquanto o Partido Comunista aumentou para 14.

Nas suas primeiras declarações após a vitória do Pasok, Andreas Papandreou lançou um apelo à unidade da nação. O dirigente socialista considerou isso necessário a fim de garantir a realização do programa destinado a vencer a crise económica e orientar o país para uma posição internacional independente, nomeadamente fora da estrutura militar da OTAN.

Papandreou anunciou também a instauração da autogestão na economia e de liberdades sindicais, inexistentes na Grécia durante o governo de direita. Sublinhou que o Pasok permanecerá consequente no que respeita a sua determinação a favor da acção dos países independentes e Não-Alinhados e dará particular atenção ao desenvolvimento da cooperação com os seus vizinhos, com os países do Mediterrâneo e do mundo árabe.

Reconhecimento da OLP defendido por ex-presidentes dos Estados- Unidos

Os antigos presidentes norte-americanos Jimmy Carter e Gerald Ford declararam-se partidários do reconhecimento da Organização de Libertação da Palestina (OLP).

No regresso do Cairo, onde representaram o seu país nos funerais de Sadate, os dois ex-presidentes deram uma entrevista, na qual concordaram em que não

poderá haver «avanços diplomáticos reais» no Médio-Oriente, «enquanto não for reconhecido o papel da OLP». «Isto terá de acontecer, mais tarde ou mais cedo, embora não queria adiantar qualquer data», sublinhou Carter.

A respeito desta tomada de posição, Ronald Reagan, actual presidente dos Estados- Unidos, admitiu a hipótese de

conversações com a O.L.P., mas advertiu que esta terá em primeiro lugar, de reconhecer o Estado sionista de Israel.

Durante o seu mandato na Casa Branca, também Carter e Ford defenderam a tese do reconhecimento antecipado de Israel como condição para iniciarem negociações com a Organização Palestiniana.

Ainda na mesma en-

trevista, Carter assinou «não ver qualquer possibilidade, tanto no mundo palestino como no mundo árabe, de reconhecer outro qualquer poder que não seja o da Organização de Libertação da Palestina».

O ex-presidente democrático considerou Israel culpado da actual situação de impasse nas negociações do Médio-Oriente, devido à sua «intransigência» quanto a retirar-se da margem do Jordão (Palestina ocupada), mas culpou também sírios e palestinos por se negarem a participar nas negociações.

Por outro lado, Carter afirmou que o «principal defeito» da reunião de Camp David, em 1978, foi o de não conseguir envolver nesse processo «mais profundamente a Arábia Saudita, ou pelo menos, a Jordânia».

Vitória da Polisário em Guelta Zemmur

Guelta Zemmur, «um dos pilares mais importantes do dispositivo de defesa marroquina no Sahara Ocidental» esteve ainda no domingo sob o controle dos soldados da Frente Polisário, informou anteontem o ministro da Informação da República Árabe Sa-harai Democrática (R.A.S.D.), Mohamed Ould Salek.

O ministro precisou

que os dois objectivos militares que motivaram o ataque a guarnição de Guelta Zemmur (2 600 homens) foram alcançados.

A Frente Polisário não só destruiu o equipamento electrónico desta base marroquina (ligado ao dispositivo de alerta electrónico instalado ao longo do muro de defesa que protege Bu-Craa, Smara e El-

Ayun), mas também liquidou «completamente» o quarto regimento marroquino de Guelta Zemmur, com excepção de «dois jeeps e de um punhado de homens a pé que conseguiram fugir».

Guelta Zemmur constituiu militarmente uma verdadeira porta de entrada para o centro e o sul do Sahara Ocidental.

Polónia: Sindicatos intervêm no abastecimento e preços

O Governo polaco propôs a formação de uma comissão permanente conjunta com os sindicatos, destinada a tratar os problemas de abastecimento do mercado, os aumentos de preços e o racionamento — declarou um comunicado oficial publicado em Varsóvia, depois de uma reunião do Conselho de Ministros.

O documento coincidiu com a corrida desenfreada à compra de gasolina em Varsóvia e com os rumores sobre novos aumentos do preço nos géneros essenciais, no mês de Novembro.

A decisão do Governo polaco significa que as autoridades propõem uma relação permanente de trabalho com o sindicato Solidariedade, que terminou, há duas semanas, o seu primeiro congresso nacional com a exigência de mudanças radicais no sistema político do país.

O comunicado governamental

salienta que «o curso e as resoluções do congresso de Solidariedade tornaram ainda mais inquietante» a situação e declara que a Polónia, abalada por 61 meses de crise, «precisa desesperadamente de estabilidade política».

Por outro lado, funcionários do Governo anunciaram recentemente que ia ser publicado em breve um folheto que traçaria, em linhas gerais, os novos aumentos de preços, que poderão recair sobre os combustíveis, o açúcar, o leite, a carne e outros géneros essenciais. Sublinharam que as subidas seriam contrabalançadas por compensações salariais e aumentos de pensões e só seriam aplicadas «depois de consultas com a sociedade e os sindicatos».

Os preços eram mantidos artificialmente baixos há mais de uma década, com subsídios subs-

tanciais do Estado, e a subida do custo de vida está a criar tensões.

MILITAR A TESTA DO POUP

Pela primeira vez na história da Polónia, um homem — o general Wojciech Jaruzelski — concentrou nas suas mãos os poderes de primeiro secretário do Partido Operário Unificado da Polónia (POUP), de Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa.

Jaruzelski foi eleito para substituir Stanislaw Kania, no decurso da última sessão plenária do comité do POUP em Varsóvia. Durante esta reunião, os oradores criticaram aos dirigentes do partido por não tomarem medidas eficazes voltadas para a concretização das decisões do nono congresso extraordinário do POUP e defender o socialismo no país.

ELEIÇÕES

FREETOWN — O presidente Siaka Stevens anunciou que haverá mais que um candidato em cada uma das 85 circunscrições do país, durante as próximas eleições legislativas na Serra-Leoa. A realização destas eleições gerais, anunciadas em Setembro último, foi marcada para antes do fim do ano em curso.

SOLIDARIEDADE

LAUSANNE — O fundo especial do Conselho Ecuménico das Igrejas para a luta contra o racismo distribuiu este ano cerca de 1.2 milhões de francos suíços a «grupos que lutam por uma melhor justiça social». Os principais beneficiários desta ajuda foram a Swapo (da Namíbia), os movimentos de libertação da África do Sul (A.N.C. e PAC), assim como o Congresso Sul-Africano dos Sindicatos.

EANES VAI A MOÇAMBIQUE

LISBOA — A imprensa portuguesa anunciou na segunda-feira que o presidente Ramalho Eanes de Portugal visitará Moçambique no próximo mês. Eanes aproveitará esta sua deslocação a Moçambique para ir também a Zâmbia e a Tanzânia.

ALIMENTAÇÃO

PRAIA — O Programa Alimentar Mundial (PAM) aceitou financiar um projecto nacional de «assistência às cantinas escolares» em Cabo Verde, no quadro do qual 12 700 alunos caboverdianos receberão durante o ano escolar uma refeição quente nas suas escolas. Em 1982-1983, este acordo será alargada a 24 508 alunos.

PREÇO DO COBRE

LIMA — Projectos destinados a fixar um preço mínimo para o cobre, assim como a criação de um fundo comum para defender o custo deste metal, vão ser examinados pelos membros do comité intergovernamental dos países exportadores de cobre (Cipec), numa reunião a realizar em Novembro em Lima, capital do Peru.

PRÉMIO NOBEL

OSLO — O prémio Nobel da Paz de 1981 foi atribuído ao Alto Comissariado para os Refugiados (HRC), organismo da ONU criado em 1951, pelo seu «imenso trabalho de assistência aos refugiados (cerca de 18 milhões), apesar das numerosas dificuldades políticas que enfrenta». Quanto ao prémio Nobel da literatura, foi este ano para Elias Canetti, escritor de língua alemã nascido na Bulgária e actualmente residente na Bulgária.

Congresso: participação das bases

CNG aprecia propostas de alteração

O Conselho Nacional da Guiné do PAIGC encontra-se reunido, na sua IV sessão extraordinária, desde antontem, sob a presidência do camarada João Bernardo Vieira, para analisar as propostas de alteração dos anteprojectos de Teses, do Progra-

ma e Estatutos sugeridas pelas bases, ouvir informações sobre as actividades desenvolvidas no quadro da preparação do I Congresso Extraordinário, e ratificar a lista dos delegados ao Congresso.

De acordo com o relatório da Comissão

Preparatória, apresentado pelo seu vice-presidente, camarada Samba Lamine Mané, todas as actividades de preparação e organização do Congresso estão a ser cumpridas de acordo com o calendário estabelecido para as diferentes subcomissões.

Sob proposta da Comissão Técnica foram convidados 30 jornalistas de diversos órgãos de informação estrangeiros (países vizinhos e amigos, países de expressão portuguesa, países socialistas, países ocidentais e órgãos independentes).

De referir que as propostas de alteração das bases, apresentadas pelos camaradas Vasco Cabral (relativas às regiões do interior) e Mário Cabral (referentes ao Sector Autónomo de Bissau) não sugerem modificações profundas. Referem mais as questões extra-Teses. Até ontem de manhã tinha sido aprovado com pequenas alterações, o anteprojecto de Teses, que passa a constituir-se agora como projecto, até à realização do Congresso.



Aspecto de sessão inaugural do C.N.G.: as propostas das bases não sugerem alterações profundas dos documentos

Telegrama de Nino Vieira ao Director-Geral da FAO

Por ocasião da Jornada Mundial da Alimentação assinalada no passado dia 16, o camarada João Bernardo Vieira (Nino), Presidente do CR enviou uma mensagem de felicitações ao Director-Geral da FAO (Organismo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), Edouard Saouma.

Na mensagem, o Presidente do CR reafirma todo o nosso apoio às iniciativas da FAO, e a nossa adesão mais completa aos princípios que orientam a vossa organização na luta contra a fome e subnutrição no mundo inteiro, e mais particularmente no continente africano.

Aproveitando a mesma ocasião, Nino Vieira reitera o nosso mais profundo empenhamento no programa desenvolvido pela FAO com vista a libertar dois terços da Humanidade do espectro da fome. «O nosso Governo inclinou-se na tarefa prioritária da auto-suficiência alimentar da nossa população, que consideramos uma das melhores contribuições ao esforço internacional de construção de um mundo desejoso de paz e de felicidade, fraternalmente dividido por todos» — acrescenta no telegrama.

Recuperação de bolanhas: Prioridade ao Sul

Em relação ao desenvolvimento económico geral do país, a Agricultura é considerada prioritária. E dentro do sector de Desenvolvimento Rural, a produção alimentar é destacada como a prioridade dos objectivos a alcançar. E quando se fala na necessidade de atingir a auto-suficiência alimentar, não se podem ignorar os obstáculos que se opõem ao trabalho das populações para a melhoria da produção e aumento de áreas cultiváveis. É nesta óptica que o DR dá muita atenção à recuperação de bolanhas. Várias bolanhas foram recuperadas nas regiões de Biombo e Cacheu, a partir de 79, em Quinara.

Falar dos meios que o Governo põe à disposição dessa acção e da vontade e empenho das entidades agrícolas encarregues da sua execução, são duas coisas indissociáveis, mas diferentes. Em relação ao último aspecto, o DR, através do departamento de Hidráulica Agrícola e Solos (DHAS), está ciente das suas limitações e luta sempre para melhorar a intervenção no campo, de modo a evitar que cada barragem ou dique construídos num rio não constituam um fracasso, possível de provocar o descrédito dos camponeses em relação às autoridades governamentais.

A prioridade que sempre se atribuiu às regiões do Sul em matéria de recuperação de bolanhas, só em 1979

foi posta em execução, com o início da abertura dos canais na bolanha de Yussi e fecho do rio Mandisse-Tombo (em Empada). Com um comprimento estimado em 180 metros do canal do rio e 750 metros de dique ao longo dos tarrafes, a barragem de Empada envolveu um equipamento de maquinaria pesada e um investimento calculado em oito milhões e 370 mil pesos.

PRIORIDADE À DIMENSÃO DAS TABANCAS

Tendo já uma experiência da situação do aproveitamento das bolanhas ao longo dos anos, e tendo em atenção as necessidades vitais das populações, os técnicos agrícolas prometem, através do D. H.A.S., dar prioridade aos melhoramentos hi-

dro-agrícolas à dimensão das tabancas, mais fáceis de controlar, em virtude de escasso material de que o departamento dispõe. Além disso, o balanço hídrico necessário ao dessalgaamento dos terrenos é francamente mais favorável a essa dimensão.

Nos programas de trabalho do Departamento de Hidráulica Agrícola e Solos apontam-se, entre outros planos, o melhoramento e recolha dos dados hidrometeorológicos e topográficos, relativamente diminutos, assim como a superação técnico-profissional dos elementos que intervêm no sector. Existem também preocupações de determinação das bolanhas a recuperar ou a melhorar e introdução de alguns melhoramentos na construção de barragens, com ou sem descarregadores.

Conforme já fizemos referência no artigo sobre Yussi, o DHAS defende com intransigência o estabelecimento de centros regionais em Tite e Catió, especificamente de apoio permanente à intervenção do departamento nessas duas regiões do Sul, grandes produtoras de arroz.

PROGRAMA DE REALIZAÇÕES PARA 1981/1982

Devido aos atrasos verificados nas obras de fecho do rio Mandisse-Tombo (em Gã Balanta) não foi possível a realização de outras obras, no decorrer da época seca de 81, na bolanha de Nhala de Cima e rio Sampere, em Tite, onde, nos finais de 1980 e princípios de 81, as populações, como sempre, procederam ao levantamento dos diques. Nessa zona, poderão vir a ser aproveitados 1 090 hectares de terra arável. Incluem-se neste programa, os melhoramentos de drenagem da bolanha de Yussi, no sentido de aprofundamento e rectificação dos canais, conforme já referimos.

Para a região de Tombali, prevê-se uma intervenção imediata a partir do fim deste ano, com realizações à dimensão da tabanca, no âmbito das opções de prioridades anunciadas. Assim, destacar-se-ão pequenas barragens de terra nas tabancas de Cabelo e seus arredores, Cubumba Porto/Cubumba Mato e finalmente Cantumane pre-fazendo um total de 1 265 hectares. As acções serão acompanhadas

de estudos agrícolas, conjunto das secções de hidráulica, topografia e cartografia de solos, no Sul do país, especialmente na bacia de Cumbidjá.

Igualmente, com a mesma dimensão de intervenção, o DHAS conta efectuar em 82 o fecho de algumas bolanhas na ilha de Bolama, durante a época seca. São precisamente os braços de mar em Canema, Telegra, Sintra e Catinque. Já anteriormente os trabalhos de melhoramentos de oriques e pequenos fechos por estacaria foram ali realizados a cargo da Delegacia Regional do Desenvolvimento Rural, apoiada pelas populações, incentivadas para trabalhos futuros. A execução do plano está, naturalmente, condicionada pela existência de meios e das possibilidades de transporte de máquinas e outros materiais para aquela ilha.

Estudos de fertilidade de solos são também desenvolvidos pelo Departamento de Hidráulica Agrícola e Solos, com o objectivo de determinar a riqueza dos terrenos cultiváveis em sais minerais e composições químicas que in-

fluem numa necessária boa produção agrícola.

Pretende-se, com o programa já iniciado pela secção de fertilidade de solos, desde o princípio do ano, coordenar as informações, as respostas e a análise económica da utilização de adubos e fertilizantes nas diversas zonas agrícolas do país e propor estruturas de planeamento e de organização sobre a matéria.

Esses objectivos resumem-se em planificar, mediante a análise económica dos ensaios demonstrativos, o emprego dos fertilizantes, demonstrar os técnicos nacionais e aos agricultores os benefícios dessas experiências, através de acções no campo, elaborar recomendações de fertilizantes para as culturas mais importantes e relacionadas com as regiões ecológicas do país e treinar quadros técnicos e vulgarizadores. Destinam-se, do mesmo modo, a apoiar o estudo das necessidades em fertilizantes e a planificação e organização de um sistema nacional de importação, armazenagem e distribuição desses produtos. Os ensaios já efectuados em Bafatá, Gabú e Cossé foram distribuídos segundo as exigências dos trabalhos já desenvolvidos na Zona Agrícola II.

FICHA TÉCNICA — JORNAL «NÓ PINTCHA»; AV. DO BRASIL, C. P. 154 — BISSAU

António Soares (Director em exercício); João Quintino (Chefe de Redacção em exercício)

Redacção: Arlette Adília; António Tavares, Baltazar Bebião, Barnabé Gomes, Carolina Fonseca, Fernando Jorge, Fernando Perdigo, João Fernandes, José Flecha, Pedro Albino, Pedro Quadé, Raimundo Pereira, Teresa Ribeiro. Maquetagem — Cândido Camará. Fotografia: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Tchuda, Manuel da Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. Secretaria da Redacção: Eurídice Gama, Idel Miranda, Ivete Monteiro.